



EREJA

SUDESTE

ENCONTRO REGIONAL DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

22 A 24 DE MARÇO DE 2024

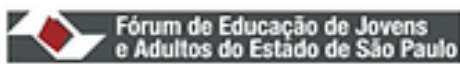
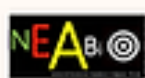
Os desafios da região sudeste na luta para a
construção da política nacional de EJA



TRIEJA

FÓRUM DO TRIÂNGULO MINEIRO DE
EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS

Realização:





Sumário

APRESENTAÇÃO	3
REUNIÕES POR EIXOS	4
Eixo 1 - As contribuições da Educação Popular como resistência na construção da política nacional de EJA.....	4
Eixo II - Caminhos para defesa do direito à EJA: A valorização da cultura escrita dos sujeitos e o direito à alfabetização integrada à escolarização.....	7
Eixo III - Os sujeitos da EJA e suas diversidades: observações para a política nacional para a modalidade	10
Eixo IV - Região Sudeste: estratégias de mobilização e fortalecimento dos Fóruns regionais para a afirmação do Direito à EJA	12
REUNIÃO POR SEGMENTOS	16
Estudantes.....	16
Professoras universitárias	17
Professoras e professores da Educação Básica	18



APRESENTAÇÃO

O VI Encontro Regional de Educação de Jovens e adultos - EREJA: Os desafios da região sudeste na luta para a construção da política nacional de EJA, propõe por meio de um formato de fórum, realizar o debate sobre as diversas formas de exclusão que esta modalidade sofre historicamente. A consecução metodológica do fórum envolve palestra inicial, grupos de estudos e plenária final. Assim, este projeto de mobilização dos diversos agentes da EJA (professores/as, estudantes, equipe técnica e sindicatos) localiza-se na perspectiva transformadora da Educação, e principalmente colocando as pessoas jovens, adultas e idosas no centro do debate de políticas públicas de uma educação inclusiva, popular e libertadora a ser praticada em todas as instituições de ensino público.

REUNIÕES POR EIXOS

Eixo 1 - As contribuições da Educação Popular como resistência na construção da política nacional de EJA.

Os dados da pesquisa do IBGE¹ evidenciaram que, em 2022, que 32% da população brasileira com 25 anos ou mais de idade não tinha concluído o ensino fundamental no Brasil, além disso, 5,6% das pessoas com 15 anos ou mais não eram alfabetizadas, o que equivale a 9,6 milhões de pessoas. Embora a LDB 9394/96 indique que, a Educação de Jovens e Adultos(EJA) esteja , assegurada pelos sistemas de ensino , o que se observa é que, geralmente não há prioridade de ofertas de matrículas e há pouco investimentos do poder público voltado para o público alvo desta modalidade de ensino. Isso pode ser observado pela queda de matrículas ao longo dos anos dessa modalidade de ensino, que entre 2022 a 2023 foi de 7,8%.

Educandos da EJA já tiveram seu acesso e direito à educação negados. Soma-se a isso o fato de que pela falta de escolaridade, encontram muitas vezes dificuldade de acesso a alguns postos de trabalho e a serviços básicos que são de seu direito. Dessa forma, se faz importante uma política pública voltada para a EJA que vise a superação dessa situação, contemplando as funções equalizadora, reparadora e qualificadora desta modalidade, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCN-EJA, 2011).

Uma política nacional para a EJA deveria dar a essa modalidade de ensino sua devida importância, para que ela não ocupe um patamar secundário na educação do país. Além disso, é importante observar as intencionalidades de tais políticas públicas: Se busca apenas um processo de certificação na qual as pessoas concluam os estudos sem, no entanto, obterem aprendizagem de boa qualidade? Ou um curso de forma aligeirada, voltado apenas para formação de mão de obra? Ou ainda uma adaptação do currículo do Ensino Fundamental e Ensino Médio regular para EJA?

Nesse sentido, os Fóruns de EJA do Brasil, nos seus encontros nacionais têm reafirmado na luta por uma Educação de Jovens e Adultos pautada nos princípios da educação popular:

[...]construídos com os educandos; que promova uma educação desafiadora/problematizadora, a curiosidade, a consciência crítica, a politização; a consciência de classe; centrada na dialogicidade; articulando sempre teoria e prática, ação-reflexão-ação; que realize um currículo construído no processo incluindo as/os educandas/os em sua construção, que seja significativo, com valorização dos conhecimentos populares e científicos, vinculados à prática social; que

¹ Disponível em < <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>>. Acesso em 02/03/2024.

toma educandas/os e educadoras/es como sujeitos históricos do processo educativo na construção, desenvolvimento e avaliação desse processo; que garanta o respeito à linguagem popular e à apropriação da linguagem padrão, com leitura crítica da realidade e da palavra; que vivencie uma prática educativa baseada na totalidade concreta, com formação humana, integral, interdisciplinar, pautada em princípios éticos, que perpassa a ação cultural; e que o papel da/o educadora/o enquanto mediador atue na (re)construção dos conhecimentos, como ato político, com vistas à transformação social, e explicita com clareza sua opção e compromisso de classe (XIV ENEJA).

Em função da atual conjuntura e considerando a importância da participação da sociedade civil, movimentos populares e diferentes atores na construção das políticas públicas, ressalta-se a importância de se aprofundar os debates sobre as contribuições da Educação Popular na construção de tais políticas.

EIXO I TEMA: AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR COMO RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EJA. ESTADO: SÃO PAULO COORDENAÇÃO: IZAURA MARTINS RELATORIA: CAIO GERBELLI		
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÃO
1-Defender o financiamento público para a escola pública da EJA (da alfabetização ao Ensino Médio) sob os princípios da Educação Popular	1.1. Manifestações, denúncias, audiências públicas. 1.2. Formação teórica e política 1.3. Ampla divulgação e publicização, organização, mobilizações. 1.4. Articulação entre a rede de apoio, Universidade, movimento social e sindical e os Fóruns. Onde faz: Espaços de controle social, meios de comunicação Quando faz: Ao longo do ano Com que recursos faz: autofinanciamento, rede de apoio, movimento sindical	Fóruns de EJA e rede



<p>2- Fomentar a discussão sobre princípios e experiências da Educação Popular crítica-emancipadora</p>	<p>2.1. Rodas de conversas, encontros e debates em geral</p> <p>2.2. Articulação com os sujeitos da EJA, refletindo sobre a teoria, a prática docente e escuta discente</p> <p>Onde faz: nos espaços populares</p> <p>Quando faz: Ano todo</p> <p>Com que recursos faz: próprios</p>	<p>Fóruns e seus segmentos, principalmente e as universidades e gestão</p>
---	--	--

Participantes:

Izaura N Y Martins
 Caio Gerbelli
 Jaqueline Ventura
 Cristiane
 Claudio
 Regina

Eixo II - Caminhos para defesa do direito à EJA: A valorização da cultura escrita dos sujeitos e o direito à alfabetização integrada à escolarização

Em tempos em que a luta pela defesa do direito à educação segue sendo uma pauta permanente dos Fóruns de EJA do Brasil, convivemos com 68.036.330 milhões de pessoas que seguem sem acesso à educação básica e fora da escola. Por essa razão, importa considerar que homens e mulheres de baixa escolaridade, nessas condições, interagem com práticas de leitura e escrita no trabalho e nos diferentes espaços da prática social para além da escola, nos sindicatos, nas igrejas, associações, atividades culturais, entre outros, em que eles mobilizam as práticas de cultura escrita, o conhecimento e os usos que dela fazem independente da sua vinculação com práticas curriculares.

Na modalidade de educação de jovens e adultos pressupõe considerar seus sujeitos como “pessoas com opiniões acerca dos mais diversos assuntos” (BRASIL, 2006, p.24), que interagem com contextos, os mais diversos, das práticas sociais em que a cultura escrita se faz presente. Com essa ênfase, trabalhar a alfabetização como parte do processo de escolarização envolve considerar o conhecimento e as experiências escolares e não escolares com os usos da cultura escrita, uma vez que a alfabetização expande para além do saber ler e escrever e alcança o âmbito das práticas sociais.

Parte-se do entendimento de que “a escola é um lugar privilegiado para acessar a leitura e a escrita, mas não é o único, conseqüentemente se sugere o reconhecimento de outros contextos, onde se utilizam de situações comunicativas, como lugares para aprender a ler e escrever, Kalman, (2004, p.40), em contextos de educação formal e nos usos do cotidiano. Leda Tfouni (2006) numa perspectiva sociointeracionista caracteriza a alfabetização como um processo inacabado que se insere no âmbito das práticas sociais que acompanha as mudanças sociais, marcadas por relações de poder.

Por sua incompletude, a alfabetização não pode ser confundida com o processo de escolarização que tende a se restringir aos objetivos de controle da escola sobre a alfabetização. Neste sentido, Paulo Freire (1981, p.13), em sua atualidade, insiste em afirmar que a alfabetização, assim como o analfabetismo “não é um problema estritamente linguístico, nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político”.

EIXO II

ESTADO: ESPÍRITO SANTO

TEMA: CAMINHOS PARA DEFESA DO DIREITO À EJA: A VALORIZAÇÃO DA CULTURA ESCRITA DOS SUJEITOS E O DIREITO À ALFABETIZAÇÃO INTEGRADA À ESCOLARIZAÇÃO

COORDENAÇÃO: FLAVIA RODRIGUES (RJ)

RELATORIA: MARIA ALICE ZACHARIAS (SP)

AÇÃO	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÃO
<p>3. Incentivar abertura de escola e turmas de EJA e cobrar chamada pública nacional urgente, tanto nas mídias de massas (televisão, rádio...);</p> <p>4. Reclamar aos estados e municípios que divulguem a EJA nos postos de saúde, postos de assistência social, cartórios, outras secretarias, INSS, etc.</p>	<p>3.1. Solicitação de audiência pública,</p> <p>3.2. Realização de sessões no fórum,</p> <p>3.3. Divulgação nas redes sociais do fórum, articular com sindicatos, câmaras e outros espaços.</p> <p>4.1 Envio de ofícios;</p> <p>Onde faz? Estados e municípios;</p> <p>Quando faz? 3 vezes durante o ano letivo</p>	Fóruns EJA
<p>5. Fomentar a formação política dos sujeitos da EJA de forma que os Fóruns estejam articulados com as universidades para ampliar a formação docente;</p> <p>6. Cobrar que haja concurso para docentes específicos da EJA na Educação Básica e Ensino Superior.</p>	<p>5.1 Organização para que os Fóruns de EJA, circulem nas escolas de EJA (Fórum EJA vai à Escola);</p> <p>5.2 Realização de articulação e parcerias (OAB, Comissões, Movimentos Sociais) para levar até as escolas, atividades sobre os direitos (Educação, Saúde, entre outros) para que os/as estudantes conheçam e lutem por eles;</p> <p>5.3. Divulgação dos Fóruns EJA nas escolas;</p> <p>5.4. Diálogo com as universidades, pensando em proposta de disciplinas de EJA para os cursos que ainda não ofertam disciplina de EJA e/ou cursos de extensão;</p> <p>6.1 Diálogo e parceria com as universidades públicas</p> <p>Como faz?</p> <p>Onde faz? Estado e municípios;</p>	Fóruns EJA



	Quando faz? Início dos semestres Recursos? Solicitar meios de acesso	
7. Realizar campanhas de mobilização nos territórios, envolvendo as comunidades	<p>7.1. Criar um dia para marcha da alfabetização nacional da EJA nas ruas, mobilizando sujeitos e aliados(as) à EJA</p> <p>7.2. Indicar que as universidades poderiam fomentar as semanas da/na EJA, antes da Marcha Nacional;</p> <p>7.3. Organizar aulas públicas, caravanas, live simultânea de estudantes da EJA, inclusive entre os Estados.</p> <p>Onde faz? Nas escolas e nas ruas; Quando faz? Mensalmente, preferencialmente no início do ano letivo Marcha- novembro/2024</p>	Quem faz? Fóruns EJA, União (CNAEJA), estados e municípios;

Participantes no GT:

Janaína Machado Cipriano

Dorcas

Abigail Maria da Silva De Carla

Maria Gorete dos Santos Netta

Lourdes Neta Pereira Borges

Milena Lopes da Costa

Eigna Lucia de Medeiros Franco

Eixo III - Os sujeitos da EJA e suas diversidades: observações para a política nacional para a modalidade

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) os sujeitos envolvidos nesta modalidade da Educação Básica, podem ser identificados como sujeitos-alunos e sujeitos-educadores. As mudanças ocorridas na sociedade dos séculos XX e XXI repercutiram de maneira profunda na instituição escolar, nos processos educativos e nos sujeitos presentes nesses espaços. Os sujeitos-alunos da EJA são pessoas que não puderam frequentar a escola na idade regular de Ensino Fundamental ou Médio, seja por motivos socioeconômicos, familiares, de trabalho ou outros. Os educandos/as da EJA são geralmente jovens, adultos e idosos que retornam aos estudos para completar sua formação básica ou iniciá-la. Eles podem vir de diferentes contextos sociais e culturais e têm necessidades e experiências de aprendizagem variadas. Essa diversidade de sujeitos-alunos da EJA requer abordagens pedagógicas flexíveis e adaptáveis para atender às suas necessidades específicas e garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

Nesse eixo pensamos uma Educação de Jovens e Adultos que valoriza as diversidades de sujeitos, considerando suas experiências e realidades. É essencial promover um ambiente inclusivo, respeitando diferentes culturas, idades e trajetórias. Dessa forma, a EJA se torna uma ferramenta poderosa para a construção de conhecimento e o desenvolvimento pessoal, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e atuantes.

Buscaremos discutir uma Educação de Jovens e Adultos que reconheça a importância de respeitar essas diversidades, sejam elas étnica, cultural, social ou econômica. Os sujeitos envolvidos nesse processo trazem consigo bagagens únicas, e a educação deve ser sensível a essas diferenças, promovendo a valorização da pluralidade e o estímulo ao diálogo e à troca de experiências.

E, por fim, não podemos descaracterizar estes sujeitos em sua condição de classe trabalhadora: trabalhadores que estudam e que, em sua essência, estão inseridos no mundo do trabalho.

EIXO III ESTADO: MINAS GERAIS TEMA: DIVERSIDADE DE SUJEITOS NA MODALIDADE DA EJA. COORDENAÇÃO: MARCOS PETRAGLIA RELATORIA: EUCLIDES AFONSO CABRAL		
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÃO
8. Discutir os currículos da EJA, partindo das realidades das micro, meso e macrorregiões, respeitando as diversidades dos (as) sujeitos (as) da EJA.	8.1. Criação de colegiados compostos por professores (as) da educação básica e das IES que atuam na/com EJA, estudantes e gestores, com paridade na formulação, avaliação e acompanhamento das políticas curriculares. 8.2. Defender, junto aos órgãos competentes, a revogação das Diretrizes Operacionais 01/2021.	Fóruns EJA junto aos entes federados
9. Lutar para conquistar espaço de representação da EJA nos conselhos municipais, estaduais e regionais.	9.1. Acompanhar abertura e encerramento de escolas e turmas de EJA, garantindo a manutenção da regionalidade da oferta desta modalidade, nos seus mais diversos campos, lugares e especificidades.	Fóruns EJA
10. Lutar para a criação e manutenção de formação continuada em serviço, na perspectiva da diversidade.	10.1. Fomentar curso de pós-graduação lato e stricto sensu 10.2. Apresentação de demanda pela realização de curso de formação continuada em EJA com ênfase na diversidade	Fóruns EJA

Participantes no GT:

Luiz Guilherme de Moura Silva
 Francidalva da Silva Cortez Guimarães
 Euclides Afonso Cabral
 Marcos Petraglia
 Adriana Barbosa
 Ismaelly Victória Marcelino da Silva
 Flavia Vilma
 Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira
 Miramar Mendes Ferreira
 Fabiano Nogueira

Eixo IV - Região Sudeste: estratégias de mobilização e fortalecimento dos Fóruns regionais para a afirmação do Direito à EJA

Mobilizar e fortalecer as estratégias de luta no âmbito dos Fóruns de EJA da Região Sudeste implica em uma reflexão sobre as atuais políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, instauradas por contra-reformas educacionais recentes, que têm fragilizado o sentido público e presencial para a modalidade, impactando os números de matrículas na oferta nos últimos anos. Importante destacar que tal descenso tem acompanhado tendência nacional.

Os números das matrículas de EJA da Região Sudeste, segundo os dados do Censo Escolar, indicam que de 2020 para 2023, no Ensino Fundamental temos o seguinte quadro de redução nas matrículas: Minas Gerais reduziu de 102.898 para 78.124; Espírito Santo de 30.864 para 18.702; Rio de Janeiro de 125.857 para 88.807 e São Paulo de 168.329 para 105.145. Na etapa do Ensino Médio considerando ainda os anos de 2020 para 2023, o quadro de redução é o seguinte,: Minas Gerais reduziu de 128.911 para 98.767; Espírito Santo de 29.188 para 20.631; Rio de Janeiro de 129.128 para 95.467 e São Paulo de 223.712 para 129.105.

Destaca-se a Lei 13.415, de 2017, que institui o Novo Ensino Médio, onde se indica que 80% da carga horária para a EJA pode ser ofertada em formato de EaD ou, ainda, as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, de 2021, uma legislação mais robusta que regulamenta a EaD como formato de oferta para a EJA nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Tais legislações encarnam processos de *desescolarização* da EJA, ou seja, incentivam que sua oferta se dê fora do ambiente escolar, prioritariamente sob a forma de educação à distância ou de certificação aligeirada e precarizada, como o Encceja. Isto é, estratégias que procuram negar o direito à escola para jovens e adultos, incentivando processos de formação de qualidade duvidosa e de negação de direito à educação presencial. E uma das frentes de luta na região é apoiar a revogação de tais legislações e ainda, daquelas legislações locais que se desdobraram destas primeiras.

Considerando também que esse contexto das políticas educacionais para EJA no tempo presente foi amplificado pela experiência do ensino remoto, que trouxe como legado principal a afirmação de que o modo de oferta educacional à distância ou mediada por tecnologia se estruturam como incompatíveis para os processos de escolarização/formação de jovens, adultos e idosos nas condições atuais de oferta educacional no país. Tais educandos devem ter direito a uma escola presencial, processos educacionais, mediados, sim, por relações pedagógicas humanas plurais, coletivas e emancipadoras e principalmente de reconhecimento de quem são os seus sujeitos e os seus modos específicos de aprendizagem.

Dessa forma, as estratégias de luta para a região devem indicar prioritariamente o embate contra a redução no número de matrículas, em seus aspectos pontuais no



âmbito das escolas, direção e de seus professores e ainda, no âmbito da política pública local, mediante denúncias, articulação com os poderes legislativos do campo crítico, denúncias no Ministério Público, Tribunal de Contas e outros órgãos de fiscalização do Estado.

Buscando ainda, em parcerias com Universidades, sindicatos e movimentos sociais o mapeamento das matrículas em contraposição às demandas potenciais dos territórios, amplificando e denunciando a desigualdade social latente em tais disparidades entre matrículas e demanda, o que impede que os sujeitos da EJA possam de fato acessar o seu direito à Educação.

EIXO IV		
ESTADO: RIO DE JANEIRO		
TEMA: REGIÃO SUDESTE: ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS FÓRUNS REGIONAIS PARA A AFIRMAÇÃO DO DIREITO À EJA		
COORDENAÇÃO: ALESSANDRA NICODEMOS		
RELATORIA: ROSILENE ALMEIDA		
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÃO
11. Fóruns se façam representar em diferentes entidades (Conselhos e Fóruns Municipais e Estaduais de Educação e Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação de Profissionais da Educação - FEPAF) para o fortalecimento da interlocução local e da luta por uma política nacional	11.1 Filiação como entidade da sociedade civil que compõe os Fóruns Estaduais e Municipais de Educação 11.2. Representação se estabeleça com consulta orgânica ao Fórum EJA que integra	As coordenações e coordenação colegiada dos Fóruns de EJA/Sudeste vão definir as escolhas das instituições e representações, segundo a análise de conjuntura própria

<p>12. Realizar campanha dos Fóruns de EJA/SE de denúncia política sobre as contradições presentes nas ofertas da EJA mediada por tecnologias</p>	<p>12.1. Fomento a debates, cursos e discussões temáticas com dados da experiência do ensino remoto sobre as ofertas da EJA mediada por tecnologias</p> <p>12.2. Criação de materiais de denúncia marcando a posição contrária às ofertas da EJA</p>	<p>Coletivo de cada Fórum de EJA/SE organizará essa frente de ação</p>
<p>13. Realizar campanha de aproximação de docentes e demais profissionais da educação dos vários segmentos com as lutas dos Fóruns de EJA/SE</p>	<p>13.1. Que os Fóruns de EJA/SE promovam ações em parceria com entidades públicas de formação inicial e continuada de docentes para realizar palestras, cursos de extensão etc. que contribuam para a divulgação da modalidade EJA e das suas especificidades, especialmente em parceria com as redes estaduais e municipais de educação.</p>	<p>O coletivo de cada Fórum de EJA/SE organizará essa frente de ação</p>
<p>14. Criar um GT e agenda regional de estudos, análises, acompanhamento e divulgação de toda política pública emanada</p>	<p>14.1. Pesquisa em observatórios de políticas públicas, os pactos, os programas e os projetos elaborados pelo Executivo.</p> <p>14.2. Criação de um cronograma de encontros permanentes do GT</p>	<p>O GT terá um representante de cada Fórum EJA/SE para compilar essas legislações divulgando inconsistências,</p>

dos governos federal, estaduais e municipais.	com o intuito de otimizar os aspectos positivos.	contradições que ataquem o direito à EJA.
15. Realizar o VII EREJA SE no Rio de Janeiro em 2025 com a possibilidade de ser híbrido ou virtual Aprovada	15.1. Busca de todas as formas possíveis que o VII EREJA seja presencial, mas deixando a possibilidade de realização virtual do encontro. 15.2. Articulações locais com secretarias de educação e universidades nos municípios de Niterói, Paraty e Maricá.	Fórum EJA EJ
16. Mobilizar dos Fóruns de EJA/SE para fortalecimento da representação dos diferentes segmentos (estudantes, gestores, professores e outros)	16.1. Criação de estratégias de mobilização tais como: visitas às escolas de EJA em funcionamento, realizando formação e divulgando a programação (agenda, temas) dos Fóruns de EJA/SE, utilizando-se de místicas e outras linguagens artísticas e culturais.	O coletivo de cada Fórum de EJA/SE organizará essa frente de ação

Participantes no GT:

José Carlos Lima de Souza (UERJ/SME RJ)
 Cláudia Araújo dos Santos Bayerl (SME Nilópolis/RJ)
 Maricélia Viana da Silva Gomes (estudante Graduação/UFU)
 Alessandra Nicodemos (UFRJ)
 Luís Claudio da Silva (Movimento Social/UNCME – RJ)
 Luciane Dias (UFU)
 Rosilene Souza Almeida (SEEDUC/RJ)



REUNIÃO POR SEGMENTOS

Estudantes

SEGMENTO: ESTUDANTES (11) e MONITORES (2)

Estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo

Tema: Região Sudeste: estratégias de mobilização e fortalecimento dos Fóruns regionais para a afirmação do Direito à EJA

Coordenação: Janaína e Luís Claudio

Relatoria: Rosilene Almeida

DIÁLOGOS

ESTUDANTES DA EJA

Alguns motivos que interferem para que não permaneçam na escola:

- Direção das escolas não demonstram “carinho e atenção” com os estudantes da EJA;
- Alta de acolhimento aos estudantes da EJA, especialmente com os idosos que necessitam estar nas escolas, mas uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida;
- Ausência dos professores;
- As escolas de EJA possuem problemas de infraestrutura das escolas como: iluminação, mobiliário adequado e material didático que recebem da sobra dos alunos do ensino fundamental do diurno. Por outro lado, algumas escolas que possuem estrutura, mas não atendem a EJA.;
- Percebem que a direção das escolas não quer a EJA nas escolas e priorizam as turmas do ensino fundamental dos turnos da manhã e da tarde;
- Alguns estudantes têm experiências boas na escola de EJA com professores atenciosos, pacientes e acolhedores com os estudantes;
- Necessidade de algum tipo de auxílio, como bolsa estudo, para permanência dos educandos. O auxílio seria uma forma de incentivar e manter os estudantes de EJA na escola, porque podem se dedicar mais aos estudos;
- Alguns casos relatados de escolas que nem mesmo os professores dialogam com os estudantes; a discriminação dos educandos mais novos com os mais velhos, de gênero, orientação sexual, raça e opção religiosa e outros que em muitos casos, não existe interferência dos professores; direção de escolas que não se posicionam em relação à disciplina e o comportamento dos estudantes.



ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

- Sentem necessidade de incluir disciplinas no currículo das graduações que abordem o estudo da EJA. Para o aprofundamento precisam buscar outros espaços formativos, principalmente pensando nas práticas pedagógicas. Geralmente, apenas na Pedagogia existe a oferta da EJA no currículo;
- Constituir na formação inicial de docentes do ensino fundamental, magistério no nível médio, principalmente porque percebemos a infantilização das atividades com os estudantes da alfabetização e anos/fases iniciais da EJA;
- Relato de um curso de matemática da UFU que oferta durante toda a formação 6 disciplinas em EJA e algumas obrigatórias e estágio em EJA;
- Reivindicam a participação dos estudantes em diversos espaços como os Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, Fóruns e outros de maneira que possam discutir questões e propor ações, a partir da Carta de Florianópolis – Estudantes, bem como na organização dos encontros

Professoras universitárias

1. Elaborar uma Auto Avaliação local sobre o esvaziamento do VI EREJA Sudeste.

ESTRATÉGIAS

- Cada Fórum Estadual e Regional - Coordenadores dos fóruns de EJA. Elaborar um documento analítico sobre o Tema.
- A Próxima comissão de organização do VII EREJA irá considerar a sua organização a partir dos parâmetros apresentados.

2. Encaminhar para o ENEJA a proposta de retomada do Seminário Nacional Fórum de Educação nos moldes originais

ESTRATÉGIAS

- Participar do ENEJA e levar a proposta

REALIZAÇÃO

- Todos os professores do Ensino Superior do Nordeste

3. Organizar uma rede formativa do Segmento de professores do ensino Superior que participam dos Fóruns e atuam na disciplina de EJA da região Sudeste.

ESTRATÉGIAS

- Organizar um calendário mensal de atividades
- Criar projeto de extensão para consolidar a iniciativa

REALIZAÇÃO

- Todos os professores do segmento ES/Fórum / EJA / SE



Professoras e professores da Educação Básica

O que:

- 1 - Fortalecer política nacional de formação docente em EJA que valorize políticas públicas de combate à desigualdade e defesa dos direitos humanos e sociais. (Inicial e em serviço)
- 2 - Mobilizar estudantes e docentes para participação nos Fóruns de EJA, indo às escolas e/ou organizando atividades de formação política e sobre história crítica da EJA e auxiliá-los no fomento aos custos

Quem faz:

- 1 – Fóruns de EJA/SE juntamente com entes federativos e órgãos de controle social.
- 2 – O coletivo dos Fóruns de EJA/SE

O que faz:

- 1.1 – Criar parcerias com universidades, municípios e estados
- 1.2 - Buscar através de legislação, a garantia do direito a participação nas formações, por intermédio de registros em estatutos e planos de carreira do magistério a garantia da realização da formação.
- 2.1 – Organizar uma agenda planejada de visitas às escolas de EJA com propostas, dinâmicas, atividades culturais e etc que mobilizem a se incorporarem aos coletivos dos Fóruns de EJA SE.

Quando faz:

- 1 – Mobilizar em 2024 para garantir a realização das formações em 2025
- 2 – Agenda de mobilização permanente.

Com que recursos faz:

- 1 - Precisam ser estimados e disputados
- 2 – Buscar parcerias e realizar iniciativas de arrecadação de fundos (rifas, sorteio de livros e etc)